

**Título:** Cartografias participativas na construção de uma educação antirracista: Experiência na comunidade Santa Rita do Bracuí

**Autor (es):** Thainá Moreira de Souza - Discente em Geografia – IEAR/UFF, [thaina\\_moreira@id.uff.br](mailto:thaina_moreira@id.uff.br);

Lucas Celestrini Merovil da Silva - Discente em Geografia - IEAR/UFF, [lucascelestrini@id.uff.br](mailto:lucascelestrini@id.uff.br);

Cláudia Ramos da Silva Ferreira - Discente em Geografia – IEAR/UFF, [claudiaramos@id.uff.br](mailto:claudiaramos@id.uff.br);

Marcos Vinicius de Souza Leu, - Docente de geografia na EMAPG e pos-graduando do curso de Gestão de Territórios e Saberes (Teresa/UFF), [marcvin.leu@gmail.com](mailto:marcvin.leu@gmail.com);

Monika Richter, DGP - IEAR/UFF, docente do DGP/IEAR/UFF, [mrichter@id.uff.br](mailto:mrichter@id.uff.br).

## Resumo

A Educação Escolar Quilombola, conforme a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, visa garantir um ensino diferenciado, contextualizado e comprometido com as especificidades culturais, históricas e sociais das comunidades quilombolas. No entanto, ainda há desafios na construção de currículos que valorizem a identidade e a cultura quilombola e promovam a participação comunitária. Nesse contexto, a cartografia participativa se apresenta como ferramenta pedagógica essencial, permitindo integrar saberes tradicionais e conhecimentos científicos, além de fortalecer a apropriação territorial. A presente pesquisa foi desenvolvida com a comunidade de Santa Rita do Bracuí, localizada em Angra dos Reis, e teve como objetivo o desenvolvimento de material didático para a divulgação de aspectos históricos, geográficos e culturais do quilombo de Santa Rita do Bracuí, e promover um ensino territorializado por meio de práticas pedagógicas. As atividades foram realizadas na Escola Quilombola Municipal Áurea Pires da Gama, em uma turma de 6 ano e nas aulas de geografia, sendo estruturadas em três eixos principais: participação comunitária na construção do conhecimento, uso de geotecnologias e cartografia participativa, e estudo do meio físico local. Foram promovidas aulas abertas com moradores, que compartilharam saberes sobre o uso sustentável da terra, agroflorestal e manejo de recursos naturais, bem como utilizou-se ferramentas digitais para mapear o território e visualizar elementos (curvas de nível) em realidade aumentada. A cartografia participativa, nesse processo, destacou-se como instrumento de valorização dos saberes locais, promovendo uma educação crítica, territorializada e voltada para a autonomia e resistência das comunidades quilombolas.

**Palavras-chave:** Geografia; Racismo; Educação antirracista; Quilombo.

## Abstract

According to Resolution CNE/CEB nº 8/2012, Quilombola School Education aims to guarantee differentiated, contextualized teaching that is committed to the cultural, historical and social specificities of quilombola communities. However, there are still challenges in the construction of curricula that value quilombola identity and promote community participation. In this context, participatory cartography emerges as an essential pedagogical tool, allowing the integration of traditional knowledge and scientific knowledge, in addition to strengthening territorial appropriation. This research was developed with the community of Santa Rita do Bracuí, located in Angra dos Reis, and aimed to promote territorialized teaching through collaborative pedagogical practices. The activities were carried out at the Áurea Pires da Gama Municipal School and structured around three main axes: community participation in the construction of knowledge, use of geotechnologies and participatory cartography, and study of the local physical environment. Open classes were held with residents, who shared knowledge about sustainable land use, agroforestry and natural resource management. Digital tools such as Google Earth, My Maps and the Landscaper app were used to map the territory and visualize contour lines in augmented reality. In this process, participatory cartography stood out as an instrument for valuing local knowledge, promoting critical, territorialized education focused on the autonomy and resistance of quilombola communities.

**Keywords:** Geography; Racism; Education; Quilombo.

## 1. Introdução

A Educação Escolar Quilombola é um direito garantido por meio da Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que define diretrizes para a construção de um ensino diferenciado e contextualizado, considerando as especificidades culturais, históricas e sociais das comunidades quilombolas (BRASIL, 2012). No entanto, sua implementação ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à construção de um currículo que contemple de maneira efetiva a identidade quilombola e a participação ativa da comunidade no processo educativo. Dentre os aspectos centrais da Educação Escolar Quilombola, destaca-se a necessidade de articular os saberes tradicionais com os conhecimentos científicos formais, promovendo um ensino que valorize as práticas e modos de vida locais. Como afirmam Silva e Gomes (2018), a escola quilombola deve ser um espaço de resistência, onde a cultura, a memória e o território sejam pilares fundamentais para a construção do conhecimento. Assim, é imprescindível que o currículo seja pensado a partir das especificidades locais, garantindo que os conteúdos abordem aspectos como a relação com a terra, a territorialidade, a ancestralidade e a cosmovisão das comunidades quilombolas.

Neste sentido, a cartografia participativa pode mediar este processo de apreensão e registro dessa cosmovisão quilombola, visto que “Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista.” (Acserald e Coli, 2008). Nessa perspectiva busca-se pela representação dos elementos no espaço, a partir do conhecimento local ultrapassando a mentalidade do sujeito-técnico que detinha o ato de mapear, e reconhecendo as contribuições que os indivíduos que vivem num dado espaço podem trazer, incluindo novas perspectivas.

Na região da Costa Verde, sul do estado do Rio de Janeiro, há 5 comunidades quilombolas, duas já estão tituladas, todavia as outras três ainda se encontram em meio ao processo de regularização fundiária, uma delas o quilombo de Santa Rita do Bracuí, localizado no município de Angra dos Reis. Nos últimos anos, a educação tem sido um ponto central na luta pela valorização deste Quilombo. A escola local busca integrar o ensino formal às práticas culturais e ao conhecimento tradicional dos moradores, promovendo uma educação diferenciada que respeita e fortalece a identidade quilombola. Dessa forma, a comunidade Santa Rita do Bracuí não apenas preserva sua memória e tradição, mas também se adapta às novas realidades e desafios, reafirmando seu papel como um espaço de resistência, identidade e construção coletiva.

Diante do exposto, a presente pesquisa foi desenvolvida com a comunidade no quilombola de Santa Rita do Bracuí, e teve como objetivo o desenvolvimento de material didático para a divulgação de aspectos históricos, geográficos e culturais do quilombo, e promover um ensino territorializado por meio de práticas pedagógicas, junto à uma turma de 6 ano da escola Aurea Pires da Gama, inicialmente com conteúdos relacionados ao ensino de geografia.

## **2. Metodologia**

### **2.1 O Quilombo Santa Rita do Bracuí: História, Cultura e Resistência**

O quilombo Santa Rita do Bracuí possui uma área delimitada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), publicada oficialmente em 2015, com 616,65 hectares (6,17 km<sup>2</sup>). No entanto, a luta pela titulação definitiva das terras tem sido uma pauta constante, tendo ocorrido recentemente, a pré-titulação do território ratificada no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2023.

Além da sua importância histórica, a comunidade mantém vivas suas expressões culturais, sendo o jongo uma das mais marcantes. A prática do jongo fortalece os laços comunitários e reafirma a identidade cultural quilombola.

A gastronomia local também reflete as tradições herdadas dos antepassados africanos e a adaptação ao ambiente natural. Ingredientes como mandioca, palmito pupunha, polpa de jussara e banana são amplamente utilizados na culinária quilombola. Esses elementos não apenas garantem a subsistência da comunidade, mas também reforçam a conexão entre o território e os saberes tradicionais transmitidos entre gerações.

O quilombo sofreu diversas transformações ao longo dos anos, especialmente com projetos de desenvolvimento urbano que frequentemente entram em conflito com os direitos territoriais da comunidade. Apesar dessas dificuldades, os quilombolas seguem organizados na reivindicação de seu direito à terra.

Assim a cultura local é marcada por práticas tradicionais, festas religiosas, música, culinária e modos de organização comunitária que reforçam os laços entre os moradores e reafirmam sua identidade quilombola. A oralidade é uma característica fundamental para a transmissão do conhecimento dentro da comunidade, garantindo que as novas gerações compreendam sua história e fortaleçam seu sentimento de pertencimento.

## 2.2 Percurso metodológico

A metodologia adotada para esta pesquisa envolveu um conjunto de práticas pedagógicas voltadas para a construção de um ensino territorializado e participativo. As atividades foram conduzidas na Escola Municipal Áurea Pires da Gama e

contaram com a participação ativa da comunidade quilombola local. A abordagem metodológica baseou-se em três eixos principais:

1. Participação da comunidade na construção do conhecimento – Foram promovidas aulas abertas, nas quais os membros da comunidade compartilharam seus saberes sobre a terra, a agrofloresta e o manejo sustentável dos recursos naturais. Essa integração garantiu que os conteúdos trabalhados em sala de aula estivessem alinhados com a realidade e os valores da comunidade, promovendo um ensino contextualizado e significativo.
2. Uso da geoinformação e cartografia participativa – Para fortalecer a compreensão sobre o território quilombola, foram utilizados recursos digitais como Google My Maps, Vicon Saga e Google Earth, maquete 3D. O aplicativo Landscapar também foi empregado para permitir a visualização em realidade aumentada das curvas de nível da região, possibilitando uma análise detalhada da topografia local.
3. A cartografia participativa foi utilizada como ferramenta para representar espacialmente os saberes da comunidade, reforçando a importância da apropriação do território.
4. Estudo da hidrografia, vegetação e relevo local – Foram realizadas atividades de campo para analisar a atual situação do Rio Bracuí e compará-la com relatos históricos da comunidade. Discutiu-se a importância do rio para a vida quilombola, abordando temas como degradação ambiental e estratégias de conservação. Além disso, foram estudadas as características da vegetação nativa e seu papel na manutenção do ecossistema local.

Segundo Oliveira et al. (2022), a cartografia social é uma ferramenta essencial para fortalecer a identidade territorial das comunidades quilombolas, pois permite que os próprios moradores representem seus espaços a partir de suas vivências e memórias. Essa abordagem metodológica possibilitou uma experiência pedagógica mais próxima da realidade dos estudantes, promovendo uma aprendizagem crítica e transformadora.

### **3. Resultados e Discussão**

Um dos desafios enfrentados na implementação da Educação Escolar Quilombola é a adaptação curricular. Embora existam diretrizes nacionais que orientam a construção de um currículo específico, a aplicação dessas normas ainda é lenta e desigual (CARRIL, 2017). Muitas escolas quilombolas continuam utilizando currículos padronizados, sem considerar a territorialidade e os saberes tradicionais das comunidades. A elaboração de um material didático diferenciado surgiu da necessidade de integrar os conteúdos didáticos pedagógicos com a realidade local. Assim, foi desenvolvida, em parceria com a comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí, uma cartilha digital e impressa que respeita e valoriza os saberes locais e ancestrais.

A cartilha apresenta inicialmente conceitos gerais, como a definição de quilombo, dados do censo IBGE de 2022 e uma visão das comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro e da Costa Verde. Em seguida, aprofunda-se nos aspectos culturais, ambientais e territoriais do quilombo Santa Rita do Bracuí, além do próprio censo quilombola, desenvolvido pela comunidade. Sua construção contou com a participação ativa dos moradores, garantindo que a interpretação e a representação do território fossem feitas a partir da perspectiva quilombola.

Na Escola Municipal Áurea Pires da Gama, a cartilha foi utilizada no 6º ano, na disciplina de Geografia, relacionando conceitos como relevo, paisagem, água e bacias hidrográficas aos aspectos físicos da bacia do Bracuí. Foram realizadas quatro aulas, incluindo um trabalho de campo no campus da UFF-IEAR, no projeto Bacia Escola. A visita à Bacia Escola do Retiro teve como objetivo ampliar a compreensão dos alunos sobre o meio ambiente e a importância da preservação dos recursos hídricos.

Segundo Luna (2017), a educação quilombola deve mediar o saber escolar e os saberes locais, valorizando a história, cultura e ancestralidade do quilombo. Com isso em mente, a cartilha busca conectar os conteúdos formais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à vivência dos alunos, contribuindo para a construção de um currículo diferenciado e crítico, que fortaleça a consciência sobre direitos

territoriais e culturais (Soares, Soares, Maroun, 2022). Historicamente, as comunidades quilombolas foram marginalizadas na produção científica. Assim, espera-se que esse material, desenvolvido por meio da cartografia participativa, seja adotado nas redes públicas de ensino como ferramenta de apoio na luta por uma educação antirracista. Nesse sentido, a educação antirracista torna-se um pilar fundamental da prática pedagógica nas escolas quilombolas. Ela implica não apenas a valorização das identidades negras e dos saberes tradicionais, mas também o enfrentamento de práticas, discursos e estruturas que perpetuam o racismo. Ao incorporar a educação antirracista no cotidiano escolar, promove-se a desconstrução de estereótipos e o reconhecimento das contribuições históricas, sociais e culturais das populações negras e quilombolas na formação do Brasil. Essa abordagem fortalece o respeito à diversidade e estimula a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a escola se torna um espaço de resistência e transformação social.

Para que o currículo quilombola seja efetivo, é essencial que conte cole a oralidade, a ancestralidade, o respeito às práticas culturais e a valorização do território (Silva; Gomes, 2018). Como destaca Anjos (2010), o ensino quilombola deve ir além dos conteúdos convencionais, incorporando a história dos quilombos, os processos de resistência e o território como elemento identitário e de luta. Apesar dos avanços na Escola Municipal Áurea Pires da Gama, a implementação de um currículo quilombola ainda ocorre de forma limitada, muitas vezes dependendo de iniciativas individuais de professores comprometidos com a valorização da cultura local. A falta de políticas públicas estruturantes reforça a urgência de medidas que garantam um ensino verdadeiramente inclusivo e representativo das realidades quilombolas e que promovam de fato uma educação antirracista.

#### **4. Conclusão**

A experiência na Escola Municipal Áurea Pires da Gama demonstrou que a integração entre saberes quilombolas e ferramentas tecnológicas pode contribuir significativamente para o fortalecimento da identidade territorial dos estudantes

comunitários e não comunitários. O uso da cartografia participativa e da geoinformação proporcionou uma nova perspectiva sobre o território, permitindo que os alunos e membros da comunidade se reconheçam como agentes ativos na construção e preservação de seu espaço. Entretanto, a implementação de um currículo quilombola ainda enfrenta desafios estruturais. A falta de materiais didáticos específicos, a carência de formação continuada para os professores e a ausência de uma política educacional consolidada dificultam a consolidação de um ensino verdadeiramente contextualizado e transformador. Como apontam Santos et al. (2022), a construção de uma educação quilombola efetiva depende de um compromisso coletivo que envolva gestores, educadores, comunidades e políticas públicas comprometidas com a valorização da diversidade e do direito à educação diferenciada.

## 5. Referências

- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.
- ANJOS, J. C. dos. Quilombos: territórios étnicos e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 8, n. 2, p. 1-14, 2006.
- BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2012.
- CARRIL, E. Educação escolar quilombola: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2017.
- LUNA, N. Currículo e identidade quilombola: práticas pedagógicas em comunidades remanescentes de quilombos. Educação & Sociedade, v. 38, n. 139, p. 25-40, 2017.
- OLIVEIRA, J. S. B.; OLIVEIRA, A. I. L.; OLIVEIRA JUNIOR, I. de. Cartografia social: (re)descobrindo saberes. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022.
- SANTOS, A. Educação escolar quilombola e a valorização da cultura afro-brasileira. Revista de Educação, v. 8, n. 2, p. 45-60, 2022.
- SOARES, C.; SOARES, M.; MAROUN, K. Educação quilombola: desafios e perspectivas na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.